

CONVITE

CONSULTA PRÉVIA

PROCEDIMENTO N.º 10/2025/IGeFE/Cprev

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DOS
SERVIÇOS E ORGANISMOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO
RELATIVOS À CONTABILIZAÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEM AULAS**

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º e do 112º e seguintes do código dos contratos públicos,
na sua atual redação)

Departamento de Administração Geral

Núcleo de Contratação Pública



Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

✉ Av. 24 de Julho, n.º. 134 • 1399-029 Lisboa - ☎ 213 949 200 - 📠 213 907 003 - geral@igefe.medu.pt - <http://www.igefe.mec.pt>

Índice

| | |
|--|-----------|
| CONVITE | 1 |
| CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS | 4 |
| Artigo 1.º – Objeto do procedimento | 4 |
| Artigo 2.º – Entidade Adjudicante | 4 |
| Artigo 3.º – Órgão competente / decisão de Contratar | 4 |
| Artigo 4.º – Fundamentação da escolha do procedimento de contratação | 5 |
| Artigo 5.º – Peças procedimentais | 5 |
| Artigo 6.º – Consulta e disponibilização das peças do procedimento | 5 |
| Artigo 7.º – Júri do procedimento | 6 |
| Artigo 8.º – Esclarecimentos, retificação e erros das peças do procedimento | 7 |
| Artigo 9.º – Agrupamentos | 8 |
| Artigo 10.º – Admissão de concorrentes | 8 |
| CAPÍTULO II – REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPECTIVA ENTREGA | 8 |
| Artigo 11.º - Prazo e forma para apresentação da proposta eletrónica | 8 |
| Artigo 12.º - Indicação do preço | 9 |
| Artigo 13.º - Proposta base | 9 |
| Artigo 14.º - Propostas variantes | 10 |
| Artigo 15.º – Caução | 10 |
| Artigo 16.º – Critério de adjudicação | 10 |
| Artigo 19.º – Prazo da obrigação de manutenção das propostas | 18 |
| Artigo 20.º – Negociação | 18 |
| Artigo 21.º – Retirada da proposta | 18 |
| CAPÍTULO III – DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO | 18 |
| Artigo 22.º – Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas | 19 |
| Artigo 23.º – Esclarecimentos e suprimento de irregularidades das propostas | 19 |
| Artigo 24.º – Relatório preliminar | 20 |
| Artigo 25.º – Audiência prévia | 20 |
| Artigo 26.º – Relatório final | 20 |
| Artigo 27.º – Adjudicação e notificação da decisão | 21 |
| Artigo 28.º – Documentos de habilitação | 21 |
| Artigo 29.º – Modo de apresentação dos documentos de habilitação | 22 |
| Artigo 30.º – Não apresentação dos documentos de habilitação | 23 |
| Artigo 31.º – Minuta do contrato | 24 |
| Artigo 32.º – Contrato | 24 |
| Artigo 33.º – Não outorga do contrato | 25 |

| | |
|--|-----------|
| Artigo 34.º – Encargos | 25 |
| CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS..... | 25 |
| Artigo 35.º – Contagem dos prazos..... | 25 |
| Artigo 36.º – Prevalências | 25 |
| Artigo 37.º – Legislação aplicável | 25 |
| ANEXOS | 27 |
| ANEXO I – Júri do Procedimento..... | 28 |
| ANEXO II- Modelo de declaração | 29 |
| [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º] | 29 |
| ANEXO III - Modelo de declaração | 30 |
| [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º] | 30 |
| ANEXO IV - Modelo de declaração de prevalência das traduções | 31 |
| ANEXO V - Modelo de declaração de confidencialidade | 32 |
| [a que se refere n.º 3, alínea h) do Artigo 18.º do convite] | 32 |
| ANEXO VI - Modelo de declaração a que se refere o artigo 419.º-A do CCP | 34 |
| [o n.º 3, alínea i) do Artigo 18.º do convite] | 34 |
| ANEXO VII - Modelo de Declaração a que se refere o artigo 69.º do CPA | 35 |
| [e o n.º 8, alínea f) do Artigo 28.º do convite] | 35 |
| ANEXO VIII - Modelo de declaração para efeitos do disposto nos artigos 113.º e 114.º do CCP | 36 |
| [e alínea g) do Artigo 28.º do convite] | 36 |
| ANEXO IX – DESPACHO DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2024 | 37 |
| QUE DETERMINA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO A CELEBRAR | 37 |

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º – Objeto do procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a **“Aquisição de serviços de auditoria aos sistemas de informação dos serviços e organismos do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, relativos à contabilização do número de alunos sem aulas”**, de acordo com as cláusulas jurídicas e técnicas constantes do Caderno de Encargos, bem como dos anexos que o compõem e demais peças do procedimento.
2. O contrato a celebrar inclui os serviços a prestar descritos na Parte II do caderno de encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento e visa dar cumprimento ao Despacho proferido pelo Ministro da Educação, Ciência e Inovação, de 03 de dezembro de 2024, que constitui o **Anexo IX** ao presente Convite, e cujo conteúdo se dá aqui integralmente como reproduzido.

Artigo 2.º – Entidade Adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é o Estado Português, através do IGeFE, I.P., com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 134, em 1399-029 Lisboa, com os números de telefone +351 21 394 92 00, de telefax +351 21 390 70 03 e com o e-mail: compras@igefe.mec.pt.
2. Todas as comunicações relativas ao procedimento devem ser efetuadas por escrito, na plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

Artigo 3.º – Órgão competente / decisão de Contratar

1. O órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa é do Conselho Diretivo do IGeFE, I.P., nos termos conjugados do estatuído na alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, no n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na sua redação atual, dos artigos 36.º e 38.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e

em conformidade com o Despacho n.º 8289/2022 de 28 de junho de 2022 publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 130 de 7 de julho de 2022.

2. Considerando ainda que os serviços implicam a celebração de um novo contrato com objeto diferente de contrato vigente em 2024, por Deliberação do Conselho Diretivo do IGeFE, exarada na Informação n.º 29094/2025/IGeFE/DAG-NCP, foi autorizada a aquisição de serviços e a compensação necessária prevista no n.º 3 do artigo 16.º da LOE para 2024.

3. Nestes termos em 17 de fevereiro de 2025 através de Deliberação do Conselho Diretivo do IGeFE, foi autorizada a despesa e a abertura do presente procedimento ao abrigo da base legal em vigor constante do Artigo seguinte.

Artigo 4.º – Fundamentação da escolha do procedimento de contratação

O procedimento de contratação reveste a forma de consulta prévia, com convite a **4 entidades**, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 112.º e seguintes, verificados os pressupostos dos artigos 113.º e do n. 2 do artigo 114.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual.

Artigo 5.º – Peças procedimentais

O processo de consulta prévia é composto pelas seguintes peças:

- a) O presente Convite e anexos;
- b) O Caderno de Encargos e respetivos anexos;
- c) Os esclarecimentos e as retificações das peças do procedimento (*a existirem*);
- d) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (*a existirem*).

Artigo 6.º – Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças que constituem o presente procedimento serão integralmente disponibilizadas, na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante disponível no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* das peças do procedimento.
3. Quando, por qualquer motivo, o convite ou o caderno de encargos não tiverem sido disponibilizados, nos termos do disposto no n.º 1, desde a data da sua publicação até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
4. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e será junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, na plataforma eletrónica, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do procedimento.
5. O Convite, o Caderno de Encargos e todas as comunicações efetuadas no âmbito da consulta preliminar e estão disponíveis para consulta todos os dias úteis, entre as 10h00 e as 12h30 e as 14h30 e as 17h00, nas instalações do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., sitas Avenida 24 de Julho, n.º 134, em 1399-029 Lisboa, devendo a solicitação de acesso ser previamente agendada com o Núcleo de Contratação Pública.

Artigo 7.º – Júri do procedimento

1. O presente procedimento é conduzido por um Júri composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes, com a composição constante do **ANEXO I** ao presente Convite, entrando em funções no primeiro dia útil após a publicação do presente procedimento em plataforma.
2. Ao Júri compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente à entidade adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.
3. As deliberações do Júri são aprovadas por maioria dos votos e são sempre fundamentadas, não sendo admitida a abstenção.

4. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, deve mencionar-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão fazer exarar na mesma ata as razões da sua discordância.
5. O Júri do Procedimento pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.

Artigo 8.º – Esclarecimentos, retificação e erros das peças do procedimento

1. As entidades convidadas devem enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma eletrónica de contratação pública, disponível no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, até às **23:59 horas** do dia de término do **primeiro terço do prazo** estabelecido para a apresentação de propostas e no mesmo prazo devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetado, em conformidade com o previsto no artigo 50.º, n.º 2 do CCP.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior ou quaisquer outros da iniciativa da entidade adjudicante serão prestados pelo júri, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública identificada no número anterior, até ao final do **segundo terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. No prazo indicado no número anterior, a entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ela expressamente aceites.
4. O órgão que autorizou a decisão de contratar pode, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, proceder oficiosamente à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, de acordo com o disposto no artigo 50.º, n.º 7 do CCP, devendo nesse caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do mesmo CCP.
5. Os esclarecimentos, as retificações referidos nos números anteriores, e a(s) lista(s) de erros e omissões serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, prevalecendo

sobre estas em caso de divergência, sendo, de imediato, notificados de tal facto todos os interessados que as tenham adquirido.

6. A entidade adjudicante reserva-se no direito de, por sua iniciativa e dentro do prazo fixado no n.º 2, juntar ao processo do procedimento, sob a forma de aditamentos numerados segundo a ordem de emissão, os elementos adicionais que julgar necessários à melhor clarificação do objeto do mesmo.

7. Para todos os efeitos legais, considerar-se-ão estes aditamentos como esclarecimentos de dúvidas de interpretação das peças patenteadas, seguindo-se a forma de divulgação prevista no artigo 50.º, n.º 5 do CCP, não dando lugar à prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 9.º – Agrupamentos

Não é admissível a apresentação de propostas por agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, no termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 117.º do CCP.

Artigo 10.º – Admissão de concorrentes

Estão impedidos de apresentar proposta quaisquer concorrentes que se encontrem nas situações descritas no artigo 55.º, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A, ambos do CCP.

CAPÍTULO II – REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPETIVA ENTREGA

Artigo 11.º - Prazo e forma para apresentação da proposta eletrónica

1. A apresentação da proposta e os documentos que a instruem serão entregues até às **23 horas e 59 minutos do 4º dia** (hora legal de Portugal continental), contado a partir do dia de publicitação o procedimento, **exclusivamente na plataforma eletrónica de contratação**,

acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, de acordo com o disposto no artigo 470.º, n.º 3 do CCP.

2. Os concorrentes deverão diligenciar em submeter a proposta e os documentos que a constituem atempadamente, para que a mesma seja rececionada antes da data e hora constante do n.º 1 do presente artigo.

3. A proposta, bem como os documentos que a instrui, devem ser todos individualmente assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, com aposição de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4. Nos casos em que o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função ou poder para assinatura, o concorrente deve ainda submeter na plataforma, apondo-lhe assinatura digital qualificada, um documento comprovativo dos poderes de representação.

5. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para o carregamento da proposta e dos respetivos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, uma vez que, só serão admitidas a concurso, as propostas que tenham sido recebidas até ao prazo indicado no n.º 1 do presente Artigo.

Artigo 12.º - Indicação do preço

1. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), devendo ser acompanhada pela lista de preços unitários que lhe serviu de base.

2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 13.º - Proposta base

1. As propostas apresentadas pelos concorrentes serão consideradas como totalmente incondicionadas, tendo-se como não escritas quaisquer condições divergentes do Caderno de

Encargos e Especificações Técnicas ou alternativas de qualquer natureza que constem dessas mesmas propostas ou de outros documentos que as acompanhem.

2. Para efeitos de elaboração da proposta base os concorrentes devem ter em consideração a natureza dos bens descritos no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

Artigo 14.º - Propostas variantes

Não são admitidas propostas que envolvam alterações das cláusulas do caderno de encargos, nem a apresentação de variantes ao mesmo.

Artigo 15.º – Caução

Considerando que o preço contratual é inferior a € 500.000,00 (quinhentos mil euros), não é exigível a prestação de caução, conforme previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 16.º – Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, prevista na alínea a) do n.º 1 artigo 74.º do CCP, em função dos fatores e subfactores, por ordem decrescente de importância e com as seguintes percentagens de ponderação:

| FATORES | COEFICIENTES DE PONDERAÇÃO |
|--------------------------------|-----------------------------------|
| A – Mérito técnico da proposta | 90% |
| B – Preço da proposta | 10% |

2. Todos os preços propostos pelos concorrentes devem ser apresentados em euros, sendo, se necessário, arredondados ao cêntimo, para efeitos de aplicação do critério de adjudicação previsto no n.º 1.

3. O modelo de avaliação de propostas encontra-se definido da seguinte forma:

a) É adjudicada a proposta à qual sejam atribuídos mais pontos (ou seja, que dispuser de

maior "pontuação final"), numa escala de 0 a 100 pontos, de acordo com a aplicação da(s) fórmula(s) e ou enquadramento da proposta num dos fatores constantes *infra*.

b) A pontuação da proposta é aferida pelo preço da proposta e pelo mérito da proposta aferido através dos seguintes parâmetros:

- I. Dimensão da equipa, correspondente ao número de elementos da equipa, ponderados pela dedicação temporal ao projeto (exclusividade no projeto corresponde a 100%); a falta de indicação de dedicação de um elemento corresponde a uma ponderação de 50%;
- II. Especialidade da equipa, correspondente ao número de elementos da equipa inscritos em associações públicas profissionais ou com formação superior em sistemas de informação e ciências de dados;
- III. Senioridade, correspondente ao somatório dos anos de experiência, em funções de auditoria ou em sistemas de informação, de todos os elementos da equipa; a falta de indicação clara de anos de experiência de um elemento da equipa corresponde a 0 anos de experiência;
- IV. Metodologia proposta, corresponde a uma apreciação qualitativa feita pelo Júri, hierarquizada e devidamente fundamentada, ponderando aspetos de execução dos serviços a realizar, como o número de diligências, entrevistas ou levantamento de informações a realizar junto dos serviços, soluções tecnológicas e inovação da abordagem. A pontuação é atribuída nos termos do seguinte, a título exemplificativo:

Número de diligências (20%):

- Mais que 6 diligências = 100 Pontos
- Entre 3 e 6 diligências (inclusive) = 50 Pontos
- Menos que 2 diligências (inclusive) = 0 Pontos

Entrevistas ou levantamento de informações a realizar junto dos serviços (10%)

- Realizadas entrevistas junto dos serviços = 100 Pontos
- Não serão realizadas entrevistas junto dos serviços = 0 Pontos

Soluções tecnológicas (50%)

Inovação da abordagem (20%)

4. A pontuação de cada uma das propostas em cada um dos parâmetros referidos no ponto

anterior, salvo o parâmetro constante na al. d. (P_4), é determinada atribuindo 100 pontos ao candidato que tiver um número maior correspondente a cada parâmetro, e 0 pontos ao candidato que tiver o número menor, correspondendo a pontuação dos demais candidatos ao resultado linear entre ambos os extremos referidos.

5. A pontuação referida no ponto anterior é ponderada pelo fator de ponderação (F_{pi}) correspondente de cada parâmetro.

6. Em cada parâmetro (pi), a pontuação da proposta (P_{pi}) é, assim, determinada pela seguinte fórmula:

$$P_{pi} = F_{pi} \times \left[\frac{100 \times (N_{pi} - N_{pm})}{N_{pM} - N_{pm}} \right]$$

Em que:

P_{pi} é a pontuação da proposta no parâmetro pi ;

F_{pi} é o fator de ponderação do parâmetro, conforme a tabela do ponto seguinte;

N_{pi} é o número da proposta no parâmetro;

N_{pm} é o número mínimo do parâmetro entre todos os números do mesmo parâmetro dos candidatos que cumprem os requisitos mínimos;

N_{pM} é o número máximo do parâmetro entre todos os números do mesmo parâmetro dos candidatos que cumprem os requisitos mínimos.

7. Os fatores de ponderação de cada parâmetro são os seguintes:

| Parâmetro | | Fator de Ponderação (F_{pi}) |
|--|-------|-------------------------------------|
| Dimensão da equipa – número de elementos | P_1 | 0,2 |

| | | |
|--|-------|-----|
| Especialidade – número de elementos inscritos em associações públicas profissionais ou formação superior em sistemas de informação e ciências de dados | P_2 | 0,2 |
| Senioridade – Somatório dos anos de experiência de todos os elementos da equipa | P_3 | 0,3 |
| Metodologia proposta | P_4 | 0,2 |
| Preço | P_5 | 0,1 |

8. A pontuação final é obtida através da soma de todos os pontos atribuídos ao candidato, em cada um dos parâmetros, correspondendo ao resultado da fórmula:

$$P_f = \sum_{i=1}^5 P_i$$

Em que:

P_f é a pontuação final da proposta;

P_i é a pontuação de cada parâmetro (i).

9. Em caso de empate entre as propostas, será ordenada em posição mais elevada a proposta que tiver apresentado mais pontuação no fator “Senioridade – Somatório dos anos de experiência de todos os elementos da equipa”.

10. Caso subsista o empate entre propostas, proceder-se-á ao desempate por sorteio a desenrolar com os interessados nos seguintes termos:

- a) O sorteio tem lugar na sede da entidade adjudicante, em dia e hora objeto de comunicação prévia aos concorrentes com propostas empatadas;

- b) Os concorrentes ou os seus representantes que queiram comparecer ao sorteio devem fazer-se acompanhar da respetiva identificação ou credencial que lhes confira os necessários poderes de representação, sob pena de se considerarem como ausentes;
- c) O ato iniciar-se-á com a verificação dos documentos de identificação dos concorrentes e das credenciais dos seus representantes;
- d) O Presidente do Júri do Procedimento nomeará oficiosamente um representante *ad hoc* para cada um dos concorrentes que não compareçam nem se façam representar no ato, o qual não poderá pertencer ao Júri do Concurso nem à entidade adjudicante;
- e) Posteriormente, o Presidente do Júri do Concurso procede à inserção de bolas numeradas ou papéis numerados, uniformes, em quantidade equivalente ao número de propostas empatadas num saco opaco e fechado, que permanecerá à vista de todos os presentes;
- f) Seguidamente, a ordenação dos concorrentes, para efeitos de extração das bolas ou dos papéis, será determinada pela maior pontuação obtida através do lançamento de dados realizado pelos mesmos concorrentes ou seus representantes (legais ou *ad hoc*);
- g) Pela ordem apurada, cada um dos concorrentes ou cada um dos seus representantes (legais ou *ad hoc*) extrairão uma das bolas ou um dos papéis do saco, sem olhar para o seu interior;
- h) O Júri do Concurso procederá à ordenação das propostas dos concorrentes em função dos números extraídos por cada um deles ou pelos seus representantes (legais ou *ad hoc*), propondo a adjudicação da proposta que tiver obtido a bola com o número “1”;
- i) Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

10. Caso haja apenas uma proposta, é dispensada a elaboração de relatório e a realização de audiência prévia.

Artigo 17.º – Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 18.º – Proposta e documentos que a constituem

1. A proposta é a declaração pela qual a entidade convidada manifesta ao representante da entidade adjudicante, a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, e instruída com os elementos exigidos e os documentos previstos nos números seguintes.

2. Na proposta, o concorrente deve integrar, **obrigatoriamente**, os seguintes elementos:

a) Identificação do Concorrente

1. Denominação Social: [Nome completo do concorrente].
2. Representante Legal: [Nome do representante legal].
3. Número de Identificação Fiscal (NIF/NIPC): [NIF].
4. Morada: [Endereço completo].
5. Contactos:
 - Telefone: [Número de telefone].
 - E-mail: [Endereço de e-mail].

b) Dados Técnicos para Avaliação

Conforme os parâmetros definidos no modelo de avaliação:

c) Dimensão da Equipa

1. Número total de elementos da equipa: [N.º de elementos].
2. Dedicção temporal ao projeto: [Detalhar dedicação em % por elemento].

d) Especialidade da Equipa

1. Número de elementos com inscrição em associações públicas profissionais: [N.º de elementos].
2. Número de elementos com formação superior em sistemas de informação e ciências de dados: [N.º de elementos].

e) Senioridade

1. Somatório dos anos de experiência em auditoria ou sistemas de informação de todos os elementos: [Total de anos].

2. Detalhe individual:
3. [Nome do Elemento 1]: [Anos de experiência].
4. [Nome do Elemento 2]: [Anos de experiência].
5. [Outros].

f) Metodologia Proposta

Apresenta-se abaixo o plano de execução do projeto:

1. Processos e abordagens propostas:
2. Soluções tecnológicas: [Detalhar].
3. Plano de execução: [Etapas, cronograma e atividades previstas].
4. Número estimado de diligências, entrevistas e levantamentos: [Indicar quantidade e detalhes].
5. Inovações na abordagem: [Descrever].

g) Proposta Financeira

1. Valor total proposto (em euros): € [Montante global, incluindo impostos, se aplicável].
2. Discriminação (se aplicável):
 - [Exemplo: taxa horária, custo por relatório, etc.].

3- Deverá ainda conter os seguintes elementos:

- a) Prazo de execução, caso seja inferior ou superior ao exigido na Cláusula 4.ª do Caderno de Encargos;
- b) Prazo de validade da proposta;
- c) Condições de pagamento;
- d) Detalhe de cada fase do projeto, se aplicável;
- e) Certidão de registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
- f) Declaração de confidencialidade, elaborada nos termos do **ANEXO V** ao presente Convite;

g) Declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos, aplicável ao presente contrato por via da remissão do artigo 451.º do mesmo Código, constante no **ANEXO VI**.

4. Não se aceitam transcrições de documentos técnicos e/ou meras transcrições dos requisitos como resposta aos requisitos solicitados, sendo obrigatório, cada candidato apresentar na sua proposta, o detalhe necessário que permita aferir de forma clara e objetiva, o cumprimento dos requisitos obrigatórios solicitados, bem com os termos de cumprimento dos fatores e subfactores de avaliação.

5. À entidade a quem vier a ser adjudicada a presente aquisição de serviços, em sede de início de execução de contrato, será solicitada a apresentação de toda a documentação que evidencia as habilitações, a formação e a experiência que em sede de apresentação de proposta foi identificada para cada um dos perfis.

6. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

7. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

8. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual a entidade convidada declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais.

9. Sem prejuízo do disposto no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 58.º do CCP, serão admitidos os documentos que, em resultado das cláusulas técnicas do presente procedimento, se encontrem redigidos em língua estrangeira, sendo admitido o idioma inglês.

10. A proposta deve ainda ser instruída **obrigatoriamente**, pelos seguintes documentos:



- a) **ANEXO II** da proposta - Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo anexo a este convite (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º);
- b) Caso existam, a relação dos encargos em que incorreram com a elaboração da respetiva proposta, que possam documentalmente comprovar se solicitado, nomeadamente pela entidade adjudicante;
- c) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da proposta.

11. Todos os modelos constantes deste convite devem ser preenchidos pelo concorrente sem efetuar alterações à sua integridade.

Artigo 19.º – Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as propostas pelo prazo de **66 (sessenta e seis)** dias úteis contados da data do término do prazo fixado para a apresentação das mesmas, que se renova por períodos de 30 (trinta) dias se, no decurso de cada período, os concorrentes nada declararem em contrário por escrito.

Artigo 20.º – Negociação

As propostas a apresentar não serão objeto de negociação.

Artigo 21.º – Retirada da proposta

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante, através de documento a apresentar na plataforma eletrónica.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

CAPÍTULO III – DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

Artigo 22.º – Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica.
2. Mediante a atribuição de um *login* e de uma *password* aos concorrentes incluídos na lista referida no número anterior, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.º 1 e 2.

Artigo 23.º – Esclarecimentos e suprimimento de irregularidades das propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, sendo os mesmos disponibilizados na plataforma eletrónica.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, procedam ao suprimimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, sendo os mesmos disponibilizados na plataforma eletrónica.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

Artigo 24.º – Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora, fundamentadamente, um relatório preliminar, no qual propõe a respetiva ordenação.
2. No relatório preliminar o júri propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas sempre que se verifique qualquer das situações enunciadas no n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
3. O relatório faz ainda referência, caso existam, aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.
4. Não há lugar à elaboração de relatório preliminar caso seja apresentada uma única proposta.

Artigo 25.º – Audiência prévia

O júri disponibiliza na plataforma eletrónica o relatório preliminar a todos os concorrentes, fixando um prazo não inferior a **3 (três) dias úteis**, para que os mesmos, querendo, se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 26.º – Relatório final

1. Decorrido o prazo para a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar.
2. O júri pode ainda propor a exclusão das propostas se verificar nesta fase a ocorrência de quaisquer motivos que determinam a exclusão das mesmas, de acordo com o disposto no artigo 124.º do CCP.
3. Se do relatório final resultar alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 124.º do CCP, sendo subsequentemente aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 148.º do CCP.
4. O relatório final, em conjunto com todos os documentos que compõem o processo de concurso público, é remetido ao órgão competente para a decisão de contratar, para decisão sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente, para eventual aprovação e adjudicação.

Artigo 27.º – Adjudicação e notificação da decisão

1. Inexistindo fundamento para a decisão de não adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar decide sobre a adjudicação e notifica-a em simultâneo a todos os concorrentes na plataforma eletrónica, até ao termo do prazo de obrigação de manutenção das propostas, acompanhado do relatório final de análise das propostas.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão da adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o término do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 30.º do presente convite;
 - b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
4. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 28.º – Documentos de habilitação

O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do ANEXO II do CCP (**Anexo III**).
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP – no caso de pessoas coletivas, documentos de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência das mesmas que se encontrem em efetividade de funções;
- c) Cópia da certidão do registo comercial da empresa, ou Documento com indicação do código de acesso *online* à certidão permanente do registo comercial;
- d) Identificação completa de quem tem poderes para outorgar o contrato;



- e) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na redação atual, ou o respetivo código de acesso (sendo o preenchimento da declaração do RCBE feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>);
- a) Declaração do n.º 3 e 4 do artigo 69.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), conforme **ANEXO VII**.
- b) Declaração emitida conforme modelo do **ANEXO VIII** ao presente convite.

Artigo 29.º – Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo anterior, na plataforma eletrónica de contratação (www.acingov.pt), no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de notificação para o efeito.
2. Quando os documentos a que se refere o artigo anterior se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da sua apresentação, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no artigo anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou da indicação prevista no n.º 2 deste artigo, sendo que o documento comprovativo do consentimento constitui um documento de habilitação a apresentar no âmbito do n.º 1 do Artigo.º 29.º do presente Convite.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1 deste artigo, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.
5. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, indicando, se se tratar de pessoa coletiva, a qualidade em que assina.

6. Os documentos referidos nos números anteriores podem também ser assinados por procurador, devendo, neste caso, juntar-se procuração que confira a este último poderes para o efeito, devidamente legalizada.
7. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos noutra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais, conforme modelo constante do **ANEXO IV** ao presente Convite.
8. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos apresentados ou no caso de não serem apresentados no prazo fixado para o efeito ou redigidos em língua portuguesa, por facto que não seja imputável ao adjudicatário, e que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido um **prazo adicional de 3 (três) dias úteis** para a supressão das irregularidades ou apresentação dos documentos.

Artigo 30.º – Não apresentação dos documentos de habilitação

1. Sem prejuízo, do disposto nos artigos 87.º e 87.º-A do CCP, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no artigo 30.º do presente convite;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa ou, acompanhados de tradução devidamente legalizada, caso se encontrem estiverem redigidos em língua estrangeira.
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função

das razões invocadas, um prazo adicional de **3 (três) dias úteis** para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 31.º – Minuta do contrato

1. Com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica a Adjudicatária da minuta de contrato aprovada, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, assinalando expressamente os ajustamentos propostos, nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP.

2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **2 (dois) dias** subsequentes à respetiva notificação.

3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

4. No prazo de **10 (dez) dias** a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato procede à notificação da Adjudicatária da sua decisão, nos termos mencionados no n.º 1, equivalendo o silêncio à rejeição da mesma.

5. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pela Adjudicatária não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 32.º – Contrato

1. A outorga do contrato tem lugar no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis** contados da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação e nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos, nos termos previstos no artigo 104.º do CCP.

2. O contrato será reduzido a escrito nos termos do artigo 94.º do CCP e outorgado com recurso a assinaturas eletrónicas qualificadas.

Artigo 33.º – Não outorga do contrato

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado para o efeito.

Artigo 34.º – Encargos

São encargo do adjudicatário as despesas e encargos inerentes elaboração e apresentação da proposta, bem como à redução do contrato a escrito, emissão de seguros, quando a eles houver lugar.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35.º – Contagem dos prazos

Salvo disposição expressa em contrário, à contagem dos prazos previstos no presente convite, aplica-se o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

Artigo 36.º – Prevalências

1. As normas do convite prevalecem sobre quaisquer indicações constantes da plataforma a que diz respeito que com elas estejam desconformes.
2. Nos casos em que se considere lapso das peças concursais ou omissões, prevalecem as normas constantes do CCP e demais legislação aplicável.

Artigo 37.º – Legislação aplicável

1. Em tudo o que for omissa no presente convite e no caderno de encargos elaborado no âmbito do presente procedimento pelo IGeFE, I.P., observar-se-á o disposto no CCP, na redação atual, e restante legislação aplicável.

2. As normas do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

ANEXOS

ANEXO I – Júri do Procedimento

Por decisão do órgão competente para a decisão de contratar, o Júri do Procedimento é composto pelos seguintes elementos:

- (Presidente) – Maria da Purificação Cavaleiro Afonso Pais, Secretária-Geral Adjunta da Educação e Ciência;
- (1.º vogal efetivo) – Ângela Maria Roque de Matos Noiva Gonçalves, Subdiretora-Geral do Ensino Superior;
- (2.º vogal efetivo) – Maria Catarina Lopes Alves Mendes, Diretora do Departamento de Administração Geral do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.;
- (1.º vogal suplente) – Raquel Xavier Rosa de Oliveira, Chefe de Divisão de Apoio Técnico e Administrativo da Direção-Geral do Ensino Superior;
- (2.º vogal suplente) – Susana Rita Caria Gerald Queiroz da Fonseca Costa, Coordenadora do Núcleo de Contratação Pública do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

A Presidente do Júri será substituída, nas suas faltas e impedimentos, sucessivamente pela 1.ª vogal efetiva e pela 2.ª vogal efetiva.

No Júri do Concurso são delegadas as competências para prestação de esclarecimentos sobre as peças do procedimento e para solicitar esclarecimentos.

Os membros do Júri do Procedimento subscreveram a declaração a que se refere o Anexo XIII ao Código dos Contratos Públicos

ANEXO II- Modelo de declaração**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO III - Modelo de declaração**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV - Modelo de declaração de prevalência das traduções

_____ (Identificação do(s) representante(s) legal(ais) da Entidade Convidada), titular(es) do(s) bilhete(s) de identidade/cartão de cidadão n.º(s) _____, na qualidade de representante(s) legal(is) de _____, declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada, para efeitos do disposto no Anúncio para a “_____”, promovido pelo IGeFE, I.P., aceita que as traduções apresentadas nos documentos que acompanham a sua proposta prevalecem, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

... (local), ... (data),...[assinatura ¹]

¹ Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO V - Modelo de declaração de confidencialidade**[a que se refere n.º 3, alínea h) do Artigo 18.º do convite]**

F... [indicar nome da(s) firma(s) e sede(s) da(s) empresa(s) que integra(m) a Entidade Convidada], depois de ter(em) tomado conhecimento do procedimento pré-contratual referente à “ _____ ”, promovido pelo Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGeFE, I.P.), a que se refere o convite à apresentação de propostas datado de .../.../... e dos seus termos, vem(êm) subscrever a presente declaração aceitando cumprir as inerente obrigações e responsabilidades nos termos da legislação Portuguesa.

Para este efeito, "INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL" significa (inclusive, mas não exclusivamente) toda e qualquer informação de/e em projeto, de equipamentos, das instalações, da construção, da manutenção, de custos, de licenciamentos e do conteúdo de contratos, bem como qualquer outra informação relativa ao procedimento em apreço, pelo que é considerada propriedade intelectual e confidencial do IGeFE, I.P..

Concordamos assim que nem nós, como empresa convidada, nem subsidiárias, associadas, casa mãe ou os respetivos agentes, funcionários ou representantes, ou entidades subcontratadas por si só ou em benefício de alguma pessoa ou entidade, que não do IGeFE, I.P., poderemos usar a Informação Confidencial, seja por que motivo for, em qualquer momento ou em qualquer lugar, exceto com o propósito de desempenhar a respetiva função neste procedimento, sem a expressa e antecipada autorização, por escrito, do IGeFE, I.P. bem como, concordamos em listar e manter a Informação Confidencial de acordo com os seguintes termos e condições:

Não serão feitas cópias (exceto no caso de cópias necessárias aos nossos funcionários que estejam afetos a este Processo).

Será guardada e protegida em lugar seguro, com adequada segurança, por forma a evitar que pessoas não autorizadas a ela tenham acesso.

Serão autorizados a ela terem acesso, somente os nossos representantes para quem o acesso a essa informação seja necessário e indispensável para o bom desempenho do seu trabalho.

Serão elaboradas listas com identificação dos nossos representantes que a ela tenham tido acesso, registando-se ainda o que dela foi facultado e a data em que o foi, para uma eventual auditoria por parte das Autoridades e/ou do IGeFE, I.P..

Devolveremos toda a Informação Confidencial e destruiremos todas as cópias que dela tenham sido feitas e que estiverem em nosso poder, se o IGeFE, I.P. assim o exigir e caso não sejamos os Adjudicatários.

Aceitamos e reconhecemos que a prestação de informação classificada e qualquer colaboração nossa na sua elaboração não nos confere quaisquer direitos sobre essa Informação, a qual permanecerá, para todos os efeitos, propriedade do IGeFE, I.P. e do Estado Português.

As restrições à Informação Confidencial não se aplicam, unicamente, quando a respetiva divulgação foi expressa e previamente autorizada pelo IGeFE, I.P.

Em função da natureza confidencial deste procedimento, declaramos estar cientes de que a violação da presente declaração de confidencialidade é suscetível de motivar a exclusão deste procedimento da empresa que representamos, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e criminais.

Mais se declara que renunciamos a foro especial, sendo o foro competente o de Lisboa, e nos submetemos em tudo o que respeitar a esta declaração e ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local), ... (data),...[assinatura ²]

² Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO VI - Modelo de declaração a que se refere o artigo 419.º-A do CCP**[o n.º 3, alínea i) do Artigo 18.º do convite]**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º ... relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP aplicável ao presente contrato por via da remissão do artigo 451.º do mesmo Código.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

.. (local),... (data),... [assinatura]._

ANEXO VII - Modelo de Declaração a que se refere o artigo 69.º do CPA**[e o n.º 8, alínea f) do Artigo 28.º do convite]**

_____, com número de documento de identificação
_____, válido até __/__/__, com domicílio profissional
_____, na qualidade de representante legal da
_____, com número de identificação fiscal _____ e sede
na _____, declara, sob compromisso de
honra, que relativamente à sua representada não se verificam quaisquer das situações de
impedimento previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo
(CPA).

_____, __ de _____ de 202__

O Representante Legal,

**ANEXO VIII - Modelo de declaração para efeitos do disposto nos artigos 113.º e 114.º do
CCP****[e alínea g) do Artigo 28.º do convite]**

_____ (nome, número de documento de identificação e morada),
na qualidade de representante legal de _____ (designação,
número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas,
números de identificação fiscal e sedes), na qualidade de concorrente/adjudicatário(a) no
procedimento por _____ (designação ou referência ao procedimento em
causa), declara que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 6 do artigo
113.º e/ou no n.º 2 do artigo 114.º do Código dos Contratos Públicos no momento da
adjudicação e/ou da celebração do contrato.

(local), ... (data), ... [assinatura]

ANEXO IX - DESPACHO DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2024**QUE DETERMINA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO A CELEBRAR****REPÚBLICA
PORTUGUESA**

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Gabinete do Ministro**Despacho**

A redução do número de alunos sem aulas deve ser uma prioridade de política pública partilhada por todos os agentes políticos e um desígnio de todo o sistema educativo e da sociedade portuguesa.

O XXIV Governo Constitucional colocou essa prioridade no centro da sua ação governativa e concretizou um conjunto de medidas de curto e de longo prazo – como, por exemplo, o Plano «+Aulas +Sucesso» – para mitigar situações de alunos sem aulas, nomeadamente os casos de alunos sem aulas por períodos prolongados, por serem aquelas que causam maior dano no processo de aprendizagem e põem em causa a igualdade de oportunidades no acesso à Educação.

A quantificação do impacto dessas medidas é essencial para a monitorização e a avaliação das políticas públicas, uma vez que importa recorrer a dados fiáveis para aferir dos resultados das medidas, insistindo nas que produzem mais efeitos positivos e reforçando a intervenção onde se identifiquem menores efeitos positivos.

A equipa governativa da Educação, Ciência e Inovação orienta a sua ação com diagnósticos, metas e avaliação de impacto, sendo a transparência e a fiabilidade dos dados imprescindíveis para políticas públicas eficazes, que resolvam os problemas das pessoas.

Os sistemas de informação do Ministério da Educação, Ciência e Inovação revelam fragilidades conhecidas e reconhecidas que dificultam a produção de diagnósticos pormenorizados sobre esta e sobre muitas outras matérias – seja sobre os alunos, seja relativamente às escolas, seja, ainda, no que diz respeito aos professores – no âmbito da política pública de Educação.



Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

✉ Av. 24 de Julho, n.º. 134 • 1399-029 Lisboa - ☎ 213 949 200 - 📠 213 907 003 - geral@igefe.medu.pt - <http://www.igefe.mec.pt>

Em nome da transparência, da fiabilidade dos dados e da qualidade das políticas públicas, do esclarecimento público e da serenidade do debate político, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação decidiu avançar com uma auditoria, a realizar por uma consultora externa, aos dados dos serviços do Ministério relativos aos alunos sem aulas ao longo dos anos letivos de 2023-2024 e de 2024-2025, incluindo no seu âmbito a validação da metodologia utilizada pelos serviços na recolha de dados.

Entre outras dimensões essenciais para a aferição do impacto na aprendizagem, pretende-se contabilizar o número de alunos efetivamente sem aulas, bem como o número e as disciplinas correspondentes, incluindo o período em que cada aluno esteve sem aulas.

Assim:

Nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 32/2024, de 10 de maio, conjugado com o disposto na alínea *m)* do n.º 1 do artigo 21.º e no n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua redação atual:

1 – Determina-se a realização, com carácter de urgência, de auditoria externa tendo por objeto os sistemas de informação dos serviços e organismos do Ministério da Educação, Ciência e Inovação relativos à contabilização do número de alunos sem aulas ao longo dos anos letivos de 2023-2024 e de 2024-2025, com as seguintes finalidades:

- a)* Descrição e verificação do sistema de informação e da arquitetura do processo de recolha e de contabilização do indicador do número de alunos sem aulas nos anos letivos de 2023-2024 e de 2024-2025, incluindo a metodologia utilizada pelos serviços na recolha e no tratamento dos dados;
- b)* Análise dos dados disponíveis nos serviços e organismos do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, bem como nos *softwares* de gestão escolar, e aferição da sua fiabilidade para a estimativa do número de alunos sem aulas por semana, em cada agrupamento de escolas e escola não agrupada, respeitante aos anos letivos de 2023-2024 e de 2024-2025, determinando o valor e a metodologia mais fiáveis para a monitorização dos alunos sem aulas;
- c)* Apresentação de recomendações dirigidas à melhoria dos sistemas de informação e desenvolvimento de uma aplicação eficiente, fiável e automatizada que permita a contabilização e a monitorização contínuas do número de alunos sem aulas, considerando os períodos sem aulas a cada disciplina, no decorrer de todo o ano letivo.

2 – Determina-se que a auditoria externa a que se refere o número anterior deve ser contratada e acompanhada pelo Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P., nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3 – Determina-se que, para o efeito dos números anteriores, os serviços e os demais organismos do Ministério da Educação, Ciência e Inovação devem, no âmbito das suas atribuições e competências, prestar ao Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P., a colaboração e a informação que este solicitar.

4 – Determina-se que, após a conclusão da ação de auditoria, a entidade responsável pela mesma elabora um relatório final, o qual é remetido ao Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P., que o submete ao Gabinete do Ministro da Educação, Ciência e Inovação.

5 – Determina-se que o presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

O Ministro da Educação, Ciência e Inovação,

**Fernando
Alexandre**

Assinado de forma digital
por Fernando Alexandre
Dados: 2024.12.03
21:03:05 Z

Fernando Manuel de Almeida Alexandre